

**Rodrigues Lapa, professor da Faculdade de Letras de Lisboa**

Rita Veloso

(Universidade de Lisboa)

Acerca da curta carreira de Rodrigues Lapa na Faculdade de Letras de Lisboa, se folhearmos artigos de enciclopédias e livros de História, pouco mais ficamos a saber além de que foi despedido duas vezes, a primeira devido à sua conferência *A Política do Idioma e as Universidades*, a segunda por motivos políticos.

Enquanto idealista que quis endireitar o mundo tentou fazê-lo de forma frontal, não se poupando a críticas, por vezes violentas, a tudo o que repugnava aos seus valores éticos. Tal facto não lhe fez a vida fácil.

Nesta comunicação vai olhar-se mais de perto para o seu percurso académico, a partir não só dos seus próprios testemunhos em *As Minhas Razões* (Lapa, 1983) mas sobretudo de factos que transparecem de documentação inédita existente nos arquivos da Faculdade de Letras e da Reitoria da Universidade de Lisboa – livros de actas do Conselho Escolar, os seus dossiers de aluno e de professor, livros de trabalhos práticos onde se registavam as presenças dos alunos e muitos outros documentos, soltos ou inseridos em pastas de arquivo geral (*cf.* Fontes).

Em 1914, Rodrigues Lapa ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na licenciatura em Filologia Românica. Como se vê nas folhas dos livros de trabalhos práticos, não era um aluno particularmente assíduo: falta frequentemente às cadeiras de literatura e tem de repetir três cadeiras do terceiro ano. No seu último ano – 1918-1919 – pertence à Direcção da Associação Académica da Faculdade, a qual teve um papel importante nas lutas académicas desse ano. Os estudantes fazem greve de Maio a Setembro: reivindicam a autonomia universitária, a contratação de professores apenas através de concursos – e não por convite – e que a aplicação de penalidades aos professores não seja feita sem um processo prévio.

Ainda em 1919 inscreve-se na Faculdade de Direito e no ano seguinte na Escola Normal Superior de Lisboa e no segundo ano de Direito. Não existe, porém, documentação que indicie a continuação destes estudos (*cf.* «Dossier de Aluno»).

Só regressa à Faculdade de Letras em 1928, proposto por Leite de Vasconcellos para assistente do 2.º grupo. Do seu primeiro ano de assistente da Faculdade chegou-nos um episódio passado com uma aluna que, descontente com os 8 valores obtidos na cadeira de Filologia Portuguesa, recorre ao Conselho Escolar. Na própria reunião em que Rodrigues Lapa justifica a nota dada, surge um seu requerimento, em que pede uma «reparação moral pelas insinuações da reclamante e que não só fique consignado na acta que a aluna em questão foi merecidamente classificada, mas que seja castigada pelos termos em que formulou a sua petição» (*cf.* «Faculdade de Letras Actas do Conselho Escolar Tomo 5.º», fl. 53v, acta da sessão de 02.07.1929). Discutidas várias formas possíveis de punição da aluna, entre as quais uma suspensão por seis meses, optou-se por uma simples repreensão da aluna pelo director da Faculdade.

Enquanto docente na Faculdade de Letras de Lisboa regeu aulas de várias cadeiras como Filologia Portuguesa, História da Literatura Portuguesa, História da Literatura Francesa, História da Literatura Italiana, Gramática Comparada das Línguas Românicas. Não se encontram os livros de sumários destas cadeiras, pelo que não é possível fazer uma análise das matérias abordadas.

Em 1930, a Junta de Educação Nacional concede-lhe uma bolsa de oito meses, para seguir em Paris cursos de Língua e Literatura Francesa e Provençal, Filologia Românica e Literatura Latino-Medieval. Quando regressa presta, em Dezembro de 1930, as provas de doutoramento, onde defende a conhecida dissertação *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média*. Por esta ocasião ocorre um episódio que envolve uma personalidade que mais de uma vez virá a cruzar a difícil carreira universitária portuguesa de Rodrigues Lapa.

De facto, para arguir uma das seis teses apresentadas neste acto, *A Demanda do Santo Graal: Prioridade do Texto Português* (Lapa, 1929-30), vem de Coimbra o professor Oliveira Guimarães, que vai considerar infundamentada toda a argumentação de Rodrigues Lapa, como se pode ver num artigo de *A Voz*, publicado a 12 de Dezembro de 1930 (*cf.*

Anexos, Doc. n.º 1), que relata parte destas provas de doutoramento. Segundo este artigo, a discussão atinge momentos de maior agressividade e Oliveira Guimarães promete voltar ao assunto em público. Assim, no número seguinte da *Biblos*, Oliveira Guimarães faz uma recensão ao texto de Rodrigues Lapa, onde procura aprofundar a sua contra-argumentação (Guimarães, 1930).

A resposta não se faz tardar e, num artigo da revista *A Língua Portuguesa*, de inícios de 1931, Rodrigues Lapa contesta a crítica de Oliveira Guimarães, acusando-o de recorrer de forma inexacta e manipulada à escassa bibliografia que consulta sobre o assunto (cf. Lapa, 1930-31a).

Ainda no mesmo ano e na mesma revista, Rodrigues Lapa acusa Oliveira Guimarães de, no seu livro *Fonética Portuguesa: Compêndio de Ortologia Nacional*, de 1927, plagiar o *Manual de Pronunciación Española*, de Navarro Tomas, e de reproduzir, sem citar a fonte, gráficos deste autor e de Calzia, ironizando por isso implicar o ensino da pronúncia portuguesa a partir de esquemas feitos para o espanhol e o alemão (cf. Lapa, 1930-31b).

O acusado defende-se, num artigo de *A Voz*, de Novembro desse ano (cf. Anexos, Doc. n.º 2), afirmando que os exemplos dados por Lapa são definições, que, segundo ele, todos os foneticistas usam sem que tenham um autor. Além disso insinua que o artigo seria da autoria de Sá Nogueira, que, à falta de coragem, o teria dado a assinar a Rodrigues Lapa.

A polémica acentua-se, agora com Sá Nogueira a envolver-se também na questão (Nogueira, 1930-31), não só para negar a autoria do artigo mas a sustentar a acusação de Lapa. Este, por seu lado, prossegue com a exposição de mais passagens do texto de Oliveira Guimarães, ao lado de texto de Navarro (Lapa, 1930-31c).

Sai então um opúsculo de Oliveira Guimarães (Guimarães, 1931), que continua a defender a opinião da dupla autoria, onde sustenta mais pormenorizadamente a validade do seu trabalho. É um texto recheado de adjectivos “desqualificativos” – veja-se o subtítulo: *resposta a um crítico ignorante e ao seu deshonesto testa de ferro* – e de insinuações – o autor refere-se amiúde à legitimidade do seu nascimento, chamando com isso a atenção para o facto de Rodrigues Lapa ser filho de pai incógnito. A esta insinuação responde Sá Nogueira que é mais grave ter filhos ilegítimos, como acontece com Oliveira Guimarães. Adivinha-se, por estes exemplos, o nível alcançado pelo debate...

Entretanto, na Faculdade, Rodrigues Lapa tentava progredir na carreira. Nos seis meses seguintes às suas provas de doutoramento, não se tinham realizado na Faculdade quaisquer concursos para professor efectivo ou catedrático. Juntamente com Rebêlo Gonçalves requer nesta altura ao Conselho Escolar que lhe possibilite quanto antes candidatar-se a professor catedrático, uma vez que o Estatuto Universitário está em vias de ser alterado, o que o prejudicaria. O Conselho adiou a resolução para um momento mais oportuno, que nunca se concretizou. Seis meses mais tarde, em Dezembro de 1931, tenta de novo, alegando que tem pronta a edição do *Livro de Falcoaria* de Pero Menino para apresentar em concurso à Faculdade, que segundo a lei se deveria realizar todos os anos, o que não acontecera. Também este requerimento não teve resposta. Em finais de 1932 junta-se novamente a Rebêlo Gonçalves, com o fim de requererem serem submetidos não só às provas para professor auxiliar mas também às provas para professor catedrático, que não tinham tido candidatos. Mattos Romão argumenta em reunião do Conselho que o requerimento é inoportuno por três razões: está fora da alçada do Conselho, já terminou o prazo do concurso e existe um decreto que se opõe de forma «iniludível» às pretensões requeridas. Apesar do apoio de Vieira d'Almeida, do facto de Hernâni Cidade ter mostrado que se podia propor a alteração da lei e de Schwalbach achar que se devia aconselhar os requerentes a dirigirem-se aos poderes superiores, o Conselho acaba por considerar, apenas, que o assunto está fora da sua alçada (cf. «Dossier de Professor» e «Faculdade de Letras Actas do Conselho Escolar Tomo 5.º», fl. 113v a 114v, acta da sessão de 16.12.32).

Chega então o momento de renovar o contrato para o ano lectivo de 1932-1933. No entanto, por questões burocráticas, o Tribunal de Contas não lhe concede o visto necessário, apesar das insistências do director da Faculdade. Este facto implica que Rodrigues Lapa esteja cinco meses sem receber vencimento (cf. «Dossier de Professor»).

Nesta altura, a 15 de Fevereiro de 1933, Rodrigues Lapa profere a famosa conferência *A Política do Idioma e as Universidades*, onde denuncia a «vergonhosa decadência» das instituições científicas encarregadas do estudo e divulgação da língua portuguesa. Acusa a Academia das Ciências de inércia e acerca da Faculdade de Letras profere um discurso cujas primeiras frases ficaram célebres:

Não sei se V. Ex.<sup>as</sup> conhecem a Faculdade de Letras da nossa Universidade. É a única escola do mundo para a qual se entra a descer. Uma escadaria duvidosa e lóbrega conduz-nos a um claustro fradesco; por

cima de sepulturas monacais chegamos a uma escada indescritível, suja, tortuosa, que nos leva a três ou quatro salas de aulas; o tecto ameaça desabar; no inverno chove no corredor como na rua; na podridão catastrófica de tudo aquilo já há lugar para os cogumelos. Ao fim de outro corredor encontra-se a última sala da casa; é a mais espaçosa e alegre e tem esta virtude: uma estrebaria vizinha esparge nela um aroma cavalariço; e de quando em quando a voz do mestre é interrompida pelo zurro consolado dum jumento. É assim o templo das ciências do espírito da Universidade de Lisboa. (Lapa, 1983:52).

Mas não é só ao edifício que Rodrigues Lapa dirige as suas críticas. A propósito do pouco que os alunos aprendem comenta acerca do corpo docente:

Os professores têm naturalmente grande responsabilidade neste estado de coisas. Em primeiro lugar, a sua selecção, problema dos mais delicados do ensino universitário, não obedece geralmente a normas da mais estrita imparcialidade. Os concursos, de uma orgânica obsoleta, não dizem coisa nenhuma; o covardíssimo e jesuítico processo das bolas pretas e brancas tem dado os piores resultados; os júris escolhem os candidatos que lhe fazem jeito, e as escolas têm quase sempre os professores que merecem. Depois, na maioria dos casos, atingindo o ideal da vida, a *propriedade da cadeira*, o professor refastela-se e dorme a bom dormir. (Lapa, 1983:53)

Como esta conferência tivesse sido parcialmente reproduzida pelo jornal *O Século*, o Conselho Escolar reage de imediato: a 22 do mesmo mês reúne com o único propósito de discutir o assunto. Surge uma moção de Agostinho Fortes e David Lopes em que, considerando que Rodrigues Lapa «fez em público afirmações que desacreditam todo o ensino superior e em especial o das Faculdades de Letras, [...] que o contrato para o ano lectivo corrente foi considerado nulo pelas instâncias superiores», propõem que o Conselho não proceda à realização de novo contrato e que solicite urgentemente que lhe paguem os cinco meses que lhe são devidos, além de que fique exarado em acta o protesto contra a atitude e as afirmações de Rodrigues Lapa. Schwalbach Lucci apresenta uma contra-moção a conceder-lhe o benefício da dúvida, uma vez que numa carta ao jornal Rodrigues Lapa afirmava que as suas ideias tinham sido adulteradas, como mostrará quando o texto for publicado na íntegra. Schwalbach espera por essa publicação, à qual não deixará de responder, se houver referências à sua pessoa. Entende, além disso, que as instâncias a quem compete zelar pelo bom nome do ensino público é que deverão tomar providências, se para isso houver motivo. Em relação ao contrato alega que apenas se aguarda uma decisão superior para uma proposta já deliberada em conselho, pelo que não se deverá interferir nesse processo (cf. «Faculdade de Letras Actas do Conselho Escolar Tomo 5.º», fl. 118v, acta da sessão de 22.02.33).

A partir destas moções, o Conselho faz duas propostas que não aparecem discriminadas em acta. A primeira, que se depreende fosse deliberativa a favor da não contratação, foi

aprovada com os votos contra de Schwalbach e Hernâni Cidade e com os votos favoráveis de Agostinho Fortes, David Lopes, Mattos Romão e Simões Neves. A segunda, provavelmente apenas de censura, foi aprovada por unanimidade.

Com o afastamento de Rodrigues Lapa, cria-se um movimento de solidariedade entre os alunos. Fazem parede às aulas durante três dias – 2, 3 e 4 de Março – e organizam uma visita conjunta a casa do professor. O Conselho procede a um inquérito e conclui que não se limitaram a dar apoio a Rodrigues Lapa, mas que ofenderam o Conselho. Quatro alunos (Alberto Emílio de Araújo, Álvaro Fernandes Canhão, Alexandre Martins Correia e Joaquim Romão Duarte) são suspensos por sessenta dias – perderam o ano por essa razão – e cinco alunos (Manuel Busquets de Aguilar, Liberata Maria Henriques, Eleutério Correia de Melo, Bernardo José da Silva Vidigal e Délio Nobre Santos) por quinze dias. O licenciado Orlando Ribeiro é também expulso por sessenta dias. Estas represálias tiveram lugar apesar de a maior parte dos inquiridos ter afirmado que os alunos tinham tido uma atitude ordeira. Apenas dois ou três testemunhos revelam a ocorrência de alguns incidentes (*cf.* «Inquérito» e «Faculdade de Letras Actas do Conselho Escolar Tomo 5.º», fl. 120 a 123, actas das sessões de 06.03.33 e 06.04.33). Ironicamente, pouco depois destes acontecimentos, o Conselho, por sugestão de Mattos Romão, convida Oliveira Guimarães a dar umas conferências sobre pedagogia na Faculdade de Letras, em Lisboa (*cf.* «Faculdade de Letras Actas do Conselho Escolar Tomo 5.º», fl. 127 e 127v, acta da sessão de 12.03.33). Também por esta altura, na correspondência trocada entre o Conselho e o Ministério, a propósito da almejada mudança de instalações da Faculdade de Letras de Lisboa, podem ler-se várias expressões visivelmente inspiradas no texto de Rodrigues Lapa (*cf.* «Inquérito»).

Ainda em Março, Rodrigues Lapa candidata-se a professor auxiliar efectivo da Faculdade. Na segunda sessão do júri do concurso, em que estão presentes apenas dez elementos (faltam, por doença, Damião Peres e Aristides de Amorim Girão), cinco consideram-se suspeitos por se considerarem visados pelo discurso proferido em Fevereiro: destes, quatro são professores da casa e um pertence à Academia das Ciências (Eugénio de Castro e Almeida). Mais uma vez, apenas Hernâni Cidade e Schwalbach Lucci se pronunciam para defender o candidato. O Reitor considera válido o concurso, uma vez que

os suspeitos não constituem a maioria do júri. Em Novembro, Rodrigues Lapa presta provas e é aprovado por unanimidade (*cf.* «Inquérito» e «Dossier de Professor»).

Contudo, esta situação não durou muito tempo. Em Maio de 1935, na sequência de um diploma que deu ao governo o poder de afastar da função pública os funcionários que não oferecessem garantias de fidelidade ao regime, é desligado definitivamente do serviço. São também demitidos nessa altura Norton de Matos, Abel Salazar, Adelino Palma Carlos, Aurélio Quintanilha, entre outros.

É de novo Hernâni Cidade quem, embora de forma cautelosa, defende Rodrigues Lapa. Podemos ler no livro de actas do Conselho Escolar, na única referência aí feita a estes acontecimentos, que

O prof. Sr. Dr. Cidade mandou para a mesa, com destino à acta, a seguinte declaração: – “Não compete ao Conselho da Faculdade nem a qualquer dos seus professores, outra atitude que não seja a de acatar as deliberações do Estado em assuntos de carácter político, a que se deve manter alheio.

Mas julga-se no dever moral de como professor de filologia romanica, lamentar que vá faltar ao seu grupo a colaboração dum professor com a competencia e com a dedicação pelo ensino que caracteriza o Dr. Rodrigues Lapa.

Estas palavras não exprimem a minima censura ao acto do Governo, cujos motivos não está habilitado a conhecer e portanto menos a discutir. Apenas traduzem a imagem pela perda de uma colaboração utilissima”.» («Livro 6.º de Actas do Conselho Escolar», fl. 4v a 5, acta da sessão de 17.06.35).

Apesar de prudente, esta intervenção levou Mattos Romão a querer abandonar a sala, para não ser associado a tais afirmações. Não o fez apenas porque foi informado de que a declaração de Hernâni Cidade não comprometia nenhum outro membro do Conselho.

Curiosamente, sete meses depois, João Barreira, secundado por Mattos Romão, propõe a transferência de Oliveira Guimarães de Coimbra para Lisboa, como professor catedrático. Esta transferência realizou-se por convite, sem que tenha sido aberto concurso. Em Lisboa, Oliveira Guimarães prosseguiu uma carreira bem sucedida, que o levou, por exemplo, a exercer por alguns anos o cargo de director da Faculdade de Letras.

Só em finais de 1974 é deliberada a reintegração de Rodrigues Lapa na Faculdade de Letras de Lisboa, por sugestão de Orlando Ribeiro. Dados os seus 77 anos de idade, é-lhe oferecida a possibilidade de selar da melhor forma o seu fim de carreira com uma última aula (*cf.* «Dossier de Professor»). No entanto, Rodrigues Lapa recusa esta reintegração, provavelmente por desconfiança em relação ao regime recém-instaurado, como se pode

concluir das afirmações feitas em relação ao assunto em várias entrevistas a jornais (*cf.* Lapa, 1974, 1983).

## FONTES

O facto de os arquivos não estarem inventariados/catalogados não permite uma referência aos documentos mais precisa que a sua mera descrição física.

### **Arquivo de Alunos da Universidade de Lisboa**

1) «Dossier de Aluno». Contém cerca de 15 documentos relacionados com a vida de Rodrigues Lapa enquanto aluno da Universidade de Lisboa – certificados, requerimentos, boletins de inscrição, entre outras coisas.

### **Arquivo da Faculdade de Letras de Lisboa**

1) «Dossier de Professor». Dossier de cartolina bege. Contém cerca de 60 documentos relacionados com a actividade de Rodrigues Lapa enquanto professor da Faculdade de Letras de Lisboa – requerimentos, contratos, declarações, correspondência trocada a seu respeito, entre outras coisas.

2) «Inquérito». Pasta de papel vermelho tendo impressos na capa os dizeres «Universidade de Lisboa Faculdade de Letras Secção de Filologia Germânica Anos lectivos: 19.....-..... a 19.....-..... (Exercícios escritos nas aulas) Aluno.....». O título está manuscrito a lápis azul no meio da capa.

Contém a acta manuscrita do dia 22.2.33, uma das moções aí apresentadas, vários exemplares dactilografados e um manuscrito da exposição do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sobre o afastamento de Rodrigues Lapa em 1933 (Anexos, Doc. n.º 4), todo o inquérito desenvolvido acerca da greve dos alunos, com depoimentos, cartazes, o manifesto dos alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, em solidariedade com Rodrigues Lapa (Anexos, Doc. n.º 3), o relatório de Agostinho Fortes, responsável pelo inquérito, editais das expulsões dos alunos, a acta da segunda sessão do júri do concurso para professor auxiliar da secção de Filologia Românica a que se candidata Rodrigues Lapa em 1933, uma carta não assinada ao ministro a propósito da mudança de instalações, entre outras coisas.

3) «Faculdade de Letras Actas do Conselho Escolar Tomo 5.º». Livro preto de capa dura. Contém as actas das sessões do Conselho Escolar da Faculdade de Letras de Lisboa de 18.07.27 a 01.03.35.

4) «Livro 6.º de Actas do Conselho Escolar». Livro verde de capa dura, com o título «Actas» na lombada. Contém as actas das sessões do Conselho Escolar da Faculdade de Letras de Lisboa de 20.03.35 a 29.07.39.

5) «Livro dos termos de posse dos funcionarios da Faculdade de Letras de Lisboa n.º 2». Livro preto de capa dura.

6) «A.E.E.N.S.L. Cadastro dos Socios Descarga de quotas e joias 1915-23». Livro verde de capa dura.

7) Sem título. Livro preto de capa dura. Contém as actas da Assembleia Geral da Associação Académica da Faculdade de Letras de Lisboa.



- 8) «1.º ano Livro de ponto dos alunos». Livro *bordeaux* de capa dura, tendo manuscritos numa etiqueta colada na lombada os dizeres «Trabalhos Práticos Hist. Geral das Civilizações 1912/13 a 1915/16».
- 9) «2.º ano Livro de ponto dos alunos 1912-1916». Livro *bordeaux* de capa dura, tendo manuscritos numa etiqueta colada na lombada os dizeres «Trabalhos Práticos 1912/16».
- 10) «Universidade de Lisboa Faculdade de Letras Trabalhos Práticos 3.º ano». Livro *beige* de capa dura, tendo manuscritos numa etiqueta colada na lombada os dizeres «Trabalhos Práticos 3.º ano 1916 a 1925».
- 11) «Universidade de Lisboa Faculdade de Letras Trabalhos Práticos 4.º ano 1916-25». Livro *beige* de capa dura, tendo manuscritos numa etiqueta colada na lombada os dizeres «Trabalhos Práticos Filologia Clássica 1916/1917 a 1924/25».

## Anexos

**Doc. n.º 1.** Reportagem do acto de doutoramento de Rodrigues Lapa (A. M. «Na Faculdade de Letras: Actos Grandes em Lisboa», *A Voz*, 12 de Dezembro de 1930, p.3).

A sala – Um D. Pedro V neurastenico – A unica nota academica – Os textos da «Demanda do Santo Graal» – Um adverbio conflituoso – Em labirintos filologicos – Quem sofisma? – A proposito de «Frossairt e Fernão Lopes» – Reporter ou cronista ambulante? – Uma conversa... em que só o lente falou!

O sr. dr. Rodrigues Lapa, que já provisoriamente está regendo uma cadeira da Faculdade de Letras de Lisboa, prestou ha dias as suas primeiras provas publicas para o doutoramento. Foram discutidas as suas teses de filologia romanica e de literatura comparada.

Para isso, dir-se hia que a Faculdade vestira galas, se estes *actos grandes*, em Lisboa, adquirissem qualquer daqueles aspectos de solenidade tradicionais em Coimbra. Mas, no sombrio casarão do Arco de Jesus, apenas á hora marcada, 3 da tarde, uma vulgarissima sala se abriu, a ostentar, como decoração unica, um retrato muito neurastenico do sr. D. Pedro V.

Mera sala de audiencia de tribunal provinciano, nela tomou lugar, ao fundo, como juiz, o sr. dr. Carneiro Pacheco, vice-reitor e presidente do juri.

Nas bancadas laterais, os catedraticos de Coimbra e Lisboa: Oliveira Guimarães, Oliveira Lima, Eugenio de Castro, Vieira de Almeida, Luiz Schwalbach, Agostinho Fortes, David Lopes, Matos Romão, Ferrand de Almeida e Providencia da Costa. No meio da sala, debruçado sobre uma mesa carregada de livros, o douturando. Para cá, o publico: estudantes, predominando as senhoras. Em tudo, só uma nota academica: a capa e batina que o sr. dr. Carneiro Pacheco envergava...

\*\*\*

Vai-se discutir a tese A «*Demanda do Santo Graal*». O arguente e o sr. dr. Oliveira Guimarães, da Universidade de Coimbra.

Começa o lente por prestar homenagem ao trabalho do candidato. Homenagem vibrante, sincera ao seu real conhecimento do assunto. Contudo... E aqui se inicia a discussão.

– Contudo, v. ex.<sup>a</sup> sr. Rodrigues Lapa, tornou todo o seu trabalho uma petição de principios. V. ex.<sup>a</sup> começa por dar como demonstrado o que deseja demonstrar... Depois, v. ex.<sup>a</sup> pretende afirmar a prioridade do texto português. Faz para isso a comparação entre os textos português, francês e castelhano. Ora v. ex.<sup>a</sup> não tem estes textos. V. ex.<sup>a</sup> é o proprio que diz: «pois se supõe geralmente que o nosso texto é a tradução fiel duma redacção francesa, hoje perdida». Portanto, se a redacção francesa se perdeu, como existem os textos?!

– V. Ex.<sup>a</sup>, sr. dr. Oliveira Guimarães está a fazer critica especiosa. V. Ex.<sup>a</sup> sofisma.

– Agora, não. Mas daqui a um bocado hei-de sofismar, esteja V. Ex.<sup>a</sup> descansado.

Está travado o duelo. O lente, muito engenhoso, muito calmo. O candidato, cheio de vivacidade, quasi agressivo...

- Eu sou professor de filologia classica e não de romanica.
- V. Ex.<sup>a</sup> não conhece, portanto, este problema...

Uma pontinha de ironia do catedratico:

- O sr. Lapa conhece-o muito melhor do que eu, acredito. Depois eu tambem o não quero conhecer tam bem como V. Ex.<sup>a</sup>. Ficaria doido...

O doutorando, atalhando:

- Mas V. Ex.<sup>a</sup> perdoe. Nós não devemos perder tanto tempo. Esta parte do problema é interessante, mas nós não nos entendemos.

- Não... não.
- V. Ex.<sup>a</sup> não está a querer compreender-me.
- Compreendo, sim.
- Então está a fingir que me não compreende.

O lente insiste em que a realidade eloquente são os textos e o que existe são traduções. O candidato defende-se. Até que o Vice-Reitor, perante uma frase mais agreste do dr. Rodrigues Lapa, intervem:

- Eu tomo o vigor que a discussão está alcançando como prova de homenagem ao valor intelectual do candidato.

Todavia, estou acostumado em actos desta natureza a uma maior serenidade. Peço, pois, ao doutorando que permita uma maior ductilidade á discussão...

- Mas V. Ex.<sup>a</sup> pede-mo só a mim?
- Ao sr. dr. Oliveira Guimarães não peço porque sei que a permitirá. Enfim: queria que a discussão se tornasse mais ampla...
- É esse tambem o meu desejo.
- Estou seguro que ha-de ser.
- Oxalá, sr. dr.

Sanado o incidente, com honra para todas as partes, o lente discute seguidamente a parte da tese em que se tenta a fixação da data do texto da *Demanda* por meio da análise da linguagem nele usada. O pomo da discordia é o adverbio *chus*.

Cai-se em pleno labirinto filologico.

O adverbio, que os trovadores do terceiro quartel do seculo XIII passaram a substituir pelo seu sucedaneo *mais*, da aso a que se incendeie novamente a polémica.

O candidato:

- A relativa frequencia do adverbio no texto é impressionante.

O lente:

- É um arcaismo, um cultismo...

E o catedratico alude á indisciplina linguistica então existente, á falta de uma gramatica, de um dicionario, etc.

O dr. Rodrigues Lapa, entusiastico:

- Ah! sr. dr., mas havia uma lingua admiravel!
- Sim, sim, contudo a unidade linguistica é um mito.

Apreciam-se as varias redacções. Os nomes arrevesados dos interpretes chocam-se. E o doutorando, insurge-se:

- Mas V. Ex.<sup>a</sup> está a guiar-se pela edição de Reinh e essa não pode merecer inteira confiança.
- «A de Reinhardstoettner, sim.
- Eu não conheço Reinhardstoettner...

O dr. Lapa, risonho:

– Já morreu, sr. dr.

Como o candidato afirme que essa edição do grande lusófilo é *rigorosamente diplomatica*, volta a questão do texto porque o lente atalha e declara:

– Mau. Eu já não entendo nada. Então tornamos a ter textos ou temos traduções?!

D. Pedro V, ao alto, parece ter carregado o sobrecenho, volveu-se mais neurastenico... Mas o dr. Oliveira Guimarães empunha o ramo de oliveira

– V. Ex.<sup>a</sup> sr. Rodrigues Lapa, produziu um trabalho aturado. V. Ex.<sup>a</sup> fez tudo quanto pôde. Simplesmente não colheu o fruto porque este ainda não estava sazonado.

– É a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>.

– ...que estou convencido que V. Ex.<sup>a</sup> ha-de voltar publicamente ao assunto.

– Terei muito prazer em continuar a discuti-lo com V. Ex.<sup>a</sup>.

Faltam apenas dez minutos para se terminar o tempo classico; para que se esvasie a ampulheta. O lente, satisfeito consigo e com o doutorando, anuncia:

– Eu realmente, sofismeí, sr. Rodrigues Lapa! Acontece, no entanto, que V. Ex.<sup>a</sup> não conseguiu destruir o meu sofisma.

– Acha V. Ex.<sup>a</sup>.

– Não quero, todavia, guardar apenas para mim essa gloria barata...

– V. Ex.<sup>a</sup> não calcula o meu contentamento por lhe ouvir tal afirmação.

– Dir-lhe hei ainda, sr. Rodrigues Lapa. Eu concordo com a sua tese.

O que divirjo é da forma por que V. Ex.<sup>a</sup> a apresenta aos leitores. Repito como principiei: V. Ex.<sup>a</sup> fez uma petição de principios.

Tinha corrido a hora. A discussão termina, cordial e calma. Quando todos se retiram, doutor e doutorando aproximam-se e conversam afectuosos.

\*\*\*

Um quarto de hora passado, a sala reabre e, com o mesmo scenario, inicia-se a discussão da tese de literatura comparada: *Frossairt e Fernão Lopes*.

É arguente o sr. dr. Agostinho Fortes.

Vai acompanhando as passagens do trabalho a par e passo, comentando-as. Certas apreciações mais ásperas do candidato para Teofilo Braga merecem reparos.

Discutem-se temperamentos criticos. Depois, ha um rapido dialogo, a proposito da definição de humanidade.

O lente:

– No tempo de Fernão Lopes não havia a concepção social da humanidade?

– Havia. Mas só como concepção psiquica...

Adiante, o sr. dr. Agostinho Fortes hesita quando lê um passo da tese:

– «Fernão Lopes escrevia pelo prazer grandioso de escrever»! Grandioso?! Sim. Esta bem.

– Está muito bem, sr. doutor.

Duas definições a respeito de Froissart:

O arguente:

– Era um reporter!

O candidato:

– Um cronista ambulante.

O sr. dr. Fortes segue comentando a tese na toada inicial. Quando o dr. Lapa procura intervir, o lente intervem, infalivelmente:

– V. Ex.<sup>a</sup> da-me licença...

E continua, a comentar, a comentar sempre!

O Vice-Reitor, em determinada altura lembra que passou o mínimo do tempo.

O dr. Fortes:

– Não faz mal. Isto é uma conversa muito agradável.

O sr. Lapa:

– Perdão! Uma conversa em que só V. Ex.<sup>a</sup> falou...

E assim decorreram, sob o aspecto que jornalisticamente pode interessar, os *actos grandes* de ontem, realizados numa sala despida e triste da Faculdade de Letras de Lisboa, sem solenidade de maior, sem outra nota académica que não fosse a capa e batina negra do Vice-Reitor...

A. M.

**Doc. n.º 2.** Primeira resposta de Oliveira Guimarães à acusação de plágio que Rodrigues Lapa lhe dirigiu («Em Legítima Defesa: Uma Carta do Sr. Prof. Oliveira Guimarães», *A Voz*, 21 de Novembro de 1931, p. 3).

A propósito de uma notícia que inserimos na última página de *Educação e Ensino*, recebemos do sr. dr. Oliveira Guimarães, professor catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra, a carta que a seguir inserimos.

Publica-se a carta do sr. dr. Oliveira Guimarães a um preceito de estrita lealdade: – trata-se de um acto de legítima defesa.

Mas como não desejamos preencher o pouco espaço que nos fica desta página semanal com uma discussão iniciada noutras publicações, damo-la por terminada *aqui*, com a carta do sr. dr. Oliveira Guimarães.

Ha já meses me informaram que um certo aprendiz de Fonética, a quem, ha anos apliquei umas surras pelo facto de ter ejaculado em conferencias publicas, como productos originaes da sua genialidade, certas enormidades gramaticais, velhas de quase 20 seculos, andava espalhando pelos cafés de Lisboa que o meu livro sobre Fonética Portuguesa era *todo* copiado de autores estrangeiros, prometendo ao mesmo tempo que me havia de executar publicamente para me acamaradar com certos, que fazem parte de determinada sociedade literario-cientifica de elogio mutuo, com séde ilicita na capital e na qual pontifica.

A ameaça está cumprida, tendo a execução da sentença sido entregue para cópia á pena irada de um conhecido megalomano, que se propôs a tarefa de firmar a reputação propria sobre os destroços das alheias.

Mais uma vez, porém, a montanha pariu um rato. O meu integral plagio aparece reduzido ás proporções insignificantes de 4 pequenos periodos, que se dizem ser traduzidos do meu illustre amigo e colega sr. Tomaz Navarro, sem indicação de proveniencia, e ao uso ilicito de varios graficos *esquemáticos*, que apresento em certo capitulo do meu trabalho. Ora analisemos serenamente os capitulos de acusação.

*Pretensão plagio de frases alheias* – As frases que falsamente se inculcam como traduzidas de Navarro contém, como o critico copista pouco habilidosamente confessa, simples definições, que tanto são de Navarro, como de Roudet, Calzia, Passy, Iespersen, Maillet, como de todos os numerosos discipulos de Rousselot. Se as quizerem ver mesmo em vernaculo, em obras anteriores á minha, bastará abrir os livros de Gonçalves Viana, José Joaquim Nunes, Leite de Vasconcelos, Simões Neves, ou até os simples manuais de gramatica portuguesa para uso dos escolares.

Definições são definições; não teem autoria, porque em regra são o resultado da criação coletiva dos professores durante o trabalho escolar, não sendo por isso possivel, na maior parte dos casos, determinar-se o seu verdadeiro autor. E porque assim é, reproduzirei na 2ª edição do meu livro as mesmas frases, salvo uma, porque é inexacta, embora se encontre em quasi todos os livros de Fonética publicados na europa Occidental. O meu novato critico, que parece, porque é ainda aprendiz, conhecer poucos livros de Fonética, queria que eu inventasse definições novas, simplesmente para que entre o meu livro e o de Navarro não houvesse qualquer semelhança, ou então escrevesse sob aspas o que em quasi todos os livros se encontra da mesma maneira dito,

Isto só tem uma resposta adequada em termos de calão: Ora, bolas.

*Esquemas copiados* – O meu livro contém nos seus 1º e 2º capítulos várias gravuras, todas elas reproduzidas: cortes da glote, esquema do aparelho respiratório, esquema de Iespersen, etc. Com essas gravuras não se preocupou o meu detractor. Encontrou uma ou outra no livro de Calzia, mas como as viu também em outros livros, deixou passar e achou legítimo. Em outro capítulo encontrou cortes verticais esquemáticos que mostram um pouco grosseiramente, como todos os esquemas, a posição dos órgãos vocálicos na prolação dos fonemas. Esses esquemas estão quasi todos em Calzia e em Tomás. Alguns são de meu desenho, mas da mesma forma, e por isso o crítico os atribue a incognita proveniência.

Ora se o fero crítico fosse mais lido haveria de os encontrar em muitíssimos outros livros.

Todos os professores de fonética os traçam nas ardozias para tornar visíveis e por isso mais compreensíveis as suas descrições ou explicações. Eu também assim procedo, servindo-me até das mãos ou de manequins, quando a explicação gráfica é insuficiente ou exige traçados demorados. Todos os meus alunos se socorrem do mesmo processo e alguns, até com mais pericia do que eu, porque sabem desenhar com mais perfeição.

Esquemas são esquemas. Mais ou menos perfeitos, são sempre uma caricatura da verdade objectiva. Salvo em casos excepcionais, não têm autoria e por isso todos os manualistas, como facilmente se pode evidenciar, os utilizam sem se julgarem obrigados a indicar a fonte. Na próxima edição não se reproduzirão os que empreguei na Iª, pela única e simples razão de conhecer agora outros mais elegantes, mais elucidativos, mais artísticos, que os de autores e editores alemães e americanos publicam desde 1928. O interessante neste caso é que, tendo-me dirigido a vários editores pedindo autorização para os reproduzir, nenhum se julgou no direito de o fazer, embora todos me oferecessem, por venda, as respectivas fotografias ou zincogravuras, que não aceitei, porque, para casos especiais, os tenho de modificar.

Ora é a utilização de um processo gráfico que anda no mercado, sem patente de invenção, que o meu surreptício crítico capitula com o feio epíteto de roubo, furto, e não sei que mais.

Este estulto juízo também só merece um comentário popular, hoje, felizmente, já sem propriedade. Ele aí vai: – «E levanta-se um padeiro a meia noite para...»

Palatogramas furtados – Este caso precisa de explicação mais miuda. Quando, em 1926, frequentei durante 4 meses consecutivos, com exemplar assiduidade, que segundo me informaram outros sucessores meus não tiveram (*à bon entendeur*), tive ocasião de me iniciar, graças ao paciente e dedicadíssimo auxílio do meu malogrado mestre e queridíssimo amigo, professor Meunier, nas delicadezas técnicas da palatografia, tendo apurado mais de 150 palatogramas de sons portugueses. Nunca consegui coisa com jeito para certos fonemas que Gonçalves viana identificou com o seu ultra-maravilhoso ouvido, e que eu, por sugestão ou realidade, também descobria na dição própria. O meu professor não era capaz de os distinguir na minha elocução e os palatogramas, apesar de planificados de maneira a permitirem uma mensuração perfeita, não o ajudaram, nem a mim me convenciam.

Quando por isso lhe falei em fazer acompanhar as minhas descrições de palatogramas explicativos o Mestre não concordou. Eu atribuí, no momento, o parecer ao seu desdém pela palatografia, porque só para ele o quimógrafo era um aparelho revelador de certa confiança. Depois reconheci que o Mestre tinha razão quando dizia: Se V. quer utilizar os seus (que também eram dele) palatogramas faça um estudo especial, uma monografia que é dispendiosa, apenas profícua para os especialistas, mas que poderá não só proporcionar o conhecimento verdadeiramente científico da sua língua, como evidenciar a operosidade do seu futuro laboratório. Mas se V. intenta apenas, como diz, a publicação dum manual prático de pronúncia portuguesa para uso de estrangeiros ou de nacionais a quem não interessam as subtilezas da arte (era assim que ele dizia) fonética, então deixe os palatogramas porque não poderá publicar senão esquemas que oferecem o perigo de confundir os leitores, porque a descrição não se acomoda ao esquema e podem trazer a convicção falsa de que o mesmo indivíduo pronuncia sempre o mesmo som com idêntico processo prolatorio, o que é falso. E exemplificava: V. tem aqui palatogramas que mostram o seu *t* inicial proferido de várias maneiras: ora com o ápice da língua nos alveolos superiores, ora na face interna dos incisivos superiores ora perfeitamente dental inferior, como também verídico pela inspecção visual. Qual deles escolherá? Dificilmente se poderá resolver e portanto o melhor é abandonar os palatogramas.

Não me convenci da utilidade do conselho, embora reconhecesse a verdade das razões. E como quer que eu gostasse mais da *forma* palatográfica alemã, por ser mais pequena, mais nítida e mais elegante do que a minha, maior e mais grosseira, tomei, em geral, os modelos da Calzia, como esquemas, modificando-os no que me pareceu dever ser alterado de conformidade com os seus exemplares originais.

Fiz mal, mas só mais tarde o compreendi com nitidez, desgraça que ás vezes acontece a quem tem a preocupação de aceitar apenas o que á sua especial apercepção se torna perfeitamente intelegível.

De facto, já tarde é que eu percebi bem que um palatograma, porque deve ser uma projecção exacta do real, nunca pode exercer a função de esquema, como também só depois me persuadi de que, propondo-me indicar no meu livro uma pronuncia normativa, escolhida por arbitrio, embora racional, como tradutora da elocução nacional a imitar, eu não tinha o direito, porque era um contrasenso, de me servir de instrumentos que só apuram o individual, que nunca se repete, que é idiossincrasico e que só serve, portanto, para a descrição do variavel, do flutuante, e nunca por isso daquilo que se quer inculcar, por convenção, como geral e imutavel, em um determinado momento e em certa região.

Redigi então, em 1929, uma errata, que foi apensada aos últimos tresentos exemplares (a edição foi de 600) do meu livro, no qual, em *reforço* das palavras do prefacio, declarei expressamente que os palatogramas eram esquematicos e lealmente disse como tinham sido conseguidos, aproveitando ao mesmo tempo a oportunidade para dar uma satisfação ao professor Tomás Navarro, de quem tinha criticado uma opinião sobre a silaba, que o mesmo autor ja rectificava na 2ª edição do seu livro, ja publicado em 1927, mas que eu desconhecia. Não sei se o meu escondido critico conheceu a errata que na 2ª edição será reproduzida, mas não será injusto supôr que, se a conheceu, fingiu ignorá-la, para não ter de destruir até ao ultimo fio toda a trama que urdiu para me enxovalhar, ao menos por alguns dias, permitindo-se o ousio de me chamar ladrão, com a certeza da impunidade, que a minha especial posição para com ele lhe garantia.

A presunção que deixo enunciada é tanto mais legitima quanto é certo que o meu desleal critico fingiu não ter lido o prefacio da minha obra, que é um honroso documento de probidade científica, porque não é só modesto, mas até humilde, prefacio em que se diz com toda a clareza que no livro se não incluíam os trabalhos *originais*, feitos pelo autor no ambiente laboratorial e se indicavam as razões e os intuitos pelos quais se tomou essa atitude. Esses trabalho laboratoriais chegarão em breve ao conhecimento do publico, pois não dependera o seu aparecimento da criação de quaisquer nichos ou da concessão de favores do Estado e constituirão a desforra autentica do agravo que agora traiçoeiramente se me fez.

«A minha carta, sr. Director, tem de acabar aqui, porque não pode V. fornecer-me o espaço necessario para dizer o muito que ainda falta publicar para serem postos no lugar devido aos autores da agressão de que fui vitima.

Permita-me apenas que, para encon- [omissão] *le mot de la fin*, tão propria da expressão jornalística, ou arranque ás minhas possibilidades de desabafo algumas das mais duras expressões, que a acção inibitoria que os entes queridos que legitimamente me geraram e amorosamente educaram poderiam permitir á expansão do meu instinto de defesa, fazendo para doloroso castigo dos meus adversarios, as seguintes afirmações, que pela primeira vez saem para publico da minha boca:

O meu insignificante livro é seguido em quasi todas as universidades estrangeiras onde se ensina a lingua portuguesa; esta ha muito esgotado, não me sendo já possivel encontrar exemplares para ofertas que constantemente me solicitam; constituiu o titulo da minha admissão em varias sociedades científicas de cultura linguística; mereceu finalmente de numerosos criticos nacionais e estrangeiros lisonjeiras referencias, a começar por aquela com que me confundiu o grande professor Antoine Meillet, meu sabio Mestre.

Crítica vazia, injuriante e odienta, só li a que ocupou recentemente as paginas de uma revista portuguesa.

E essa é subscrita por quem nunca escreveu uma palavra sobre fonética e me dá o grande prazer e elevada honra de ser meu rancoroso inimigo pessoal, embora sem o mais leve motivo para o ser.

Está certo.

Oliveira Guimarães

**Doc. n.º 3.** Manifesto dos alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em solidariedade com Rodrigues Lapa (Arquivos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Colegas

O Conselho da Faculdade de Letras de Lisboa resolveu dispensar dos serviços de Professor contratado o Dr. Manuel Rodrigues Lapa.

Todos suspeitam dos motivos desta resolução; no entanto, necessário é relembrá-los.

Numa conferência pública, de uma série organizada pelo jornal *O Século*, fez o Prof. Rodrigues Lapa uma crítica acertadíssima a vários defeitos da nossa organização universitária e especialmente da da Faculdade de Letras, onde os professores são os principais culpados do descalabro do ensino.

Quais são essas afirmações que todos confirmam?

Domina a pedagogia da repetição e o servilismo intelectual dos alunos. «Sem embargo de algumas pessoas competentes e respeitabilíssimas que existem nestes estabelecimentos» (Século, 16-Fev.º 1933) é nula a autoridade científica dos mestres. O recrutamento dos professores não é o que convem às necessidades do ensino. O sistema de votação por escrutínio secreto anula a responsabilidade individual dos votantes e surpreende por vezes, nos seus resultados, os próprios membros do júri alheios a qualquer conluio.

Os mestres, como nada sabem e nada poderão aprender, limitam-se, no usufruto da *propriedade* da sua cadeira, a impingir aos alunos banalidades indignas do ensino superior. Por isso a sua atividade científica é nula, e os seus trabalhos, quando os fazem, ou os apontamentos que ditam aos alunos (na Faculdade de Letras ainda ha professores que ditam apontamentos e alunos que os copiam!) são, por vezes plágios vergonhosos de autores nacionais e estrangeiros, nem sempre escolhidos com critério.

O objetivo destas críticas é o da possível remodelação total do nosso ensino universitário. Elas constituem a repressão desassomburada de verdades que ninguém ainda tivera a coragem de, em público, produzir, convencido talvez, que elas pertencem ao número das verdades que se não devem dizer.

São estas, pouco mais ou menos, as afirmações do prof. Lapa, que motivaram a resolução dos *mestres*.

Quem é o Dr. Rodrigues Lapa?

Na opinião unânime dos seus alunos é um dos professores mais distintos da Faculdade de Letras, ao mesmo tempo especialista e homem culto. Na sua especialidade é a única autoridade em Portugal e as suas obras merecem ser discutidas no estrangeiro pelas pessoas mais competentes. Pelo seu saber, inteligência e elegancia de exposição, conseguiu imprimir às suas aulas um caracter único, pela beleza que dá a assuntos à primeira vista áridos, despertando assim, nos seus alunos; um sincero e entusiástico interesse pelos assuntos de que se ocupa.

Os trabalhos práticos que rege demonstram a eficacia da colaboração entre professores e alunos sem a menor quebra de independencia moral que a tantos dos mestres agrada, e tem tanto mais este caracter quanto é certo que, para muitos professores, eles representam o expediente fácil para conseguir um suplemento do ordenado.

Foi este o Professor que o Conselho da Faculdade resolveu demitir, servindo-se da sua qualidade de contratado para pôr fora do ensino um homem que pelos seus méritos e trabalhos científicos, hoje únicos entre nós no seu genero, merecia os maiores louvores e as mais altas distinções da sua escola. Os mestres na sua incompreensão não perceberam o alcance da atitude do Dr. Rodrigues Lapa ditado por um sincero e bem compreendido amor à Faculdade e ao ensino. Dimitiram-no, quando deveriam exigir que se fizesse um inquérito às suas afirmações fazendo assim o apuramento dos casos especiais que iam surgindo. Seria esta a única solução digna que o Conselho deveria tomar, se a maior parte dos seus componentes não receasse os resultados dela.

Urge que os alunos saiam da passividade vergonhosa a que estão costumados e deixem de pensar em atitudes platónicas de resultados dúbios.

Convem pois, interessar neste caso dado o seu alcance o maior número de pessoas, alunos ou não, e demonstrar às instâncias superiores, que nem sempre conhecem inteiramente o que se passa, que ha hoje uma forte corrente de opinião que, acima de tudo, exige a dignificação do ensino.

Um grupo de alunos

**Doc. n.º 4.** Exposição do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sobre o afastamento de Rodrigues Lapa em 1933 (Arquivos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

9 Março [1933]

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa julga do seu dever expôr a seguir as razões que a levaram a uma atitude que não tomou sem demorada ponderação e mais viva mágua.

1º. Tendo o contrato do Dr. Manuel Rodrigues Lapa para professor auxiliar desta Faculdade sido anulado, resolveu o seu Conselho Escolar não renovar a proposta da recondução daquele professor.

2º. Proceceu assim porque um contrato resulta duma preferéncia que é, da parte do corpo docente, tão absolutamente espontânea e livre, como da parte do candidato o é a sua aceitação. E tal preferéncia a ninguém deve causar estranheza que não incida sobre quem tomou, em conferéncia pública, a respeito do ensino universitário e da maioria dos seus colegas, a atitude que se exprime por estas declarações da conferéncia que o *Seculo* reproduziu integralmente: “A nossa Universidade é um maquinismo avariado que, ou se concerta sem demora, *pela substituição de grande numero das suas peças* ou se põe de vez para o lado, como coisa inútil e estorvadora. Este desconcerto que atinge proporções inarráveis, *é sensível sobretudo, como é natural, nas Faculdades que se ocupam de ciencias do espirito e muito especialmente nas Faculdades de Letras* em que o estudo do idioma e da literatura tem lugar preponderante. É mesmo a necessidade oficial destes estudos dentro dos quadros universitários *a unica coisa que pode justificar hoje a sua conservação para alguns espiritos mais timoratos.*”

Sem embargo de algumas pessoas competentes e respeitabilissimas que existem nesses estabelecimentos, *o que ali se ensina e a maneira como se ensina traz a marca segura dos organismos em decadência.*

*Atitudes individuais que pretendem levantar o corpo combalido resultam já inúteis.* A mézinha já não faz virtude. Deixá-lo morrer ao desamparo é crueldade. *O melhor será dar-lhe o golpe de misericórdia, porque a agonia parece demorada.* (Século, 16 de Fevereiro).

3º. Em carta publicada em 20 de Fevereiro pelo mesmo senhor, no “Século”, ocorre este passo: “...nunca me passou pela cabeça reduzir o problema a uma secção especial das Faculdades, precisamente a secção românicista, e visar pessoas que, aliás julgo probas e competentes, nem o texto da conferéncia permitirá nunca tal interpretação.”

A Faculdade de Letras, por isso que tais exclusões não apagam, antes avivam, o significado da atitude do conferente que ele considera *um monstro, um corpo corrompido, um maquinismo a que é preciso substituir grande numero de peças*, reserva-se o direito de contestar oportunamente as afirmações, uma vez que seja publicado o texto integral da conferéncia.

4º. A resolução do Conselho Escolar levou uma parte dos alunos da Faculdade, durante os dias 2, 3 e 4 de Março corrente, a fazer parede ás aulas, desrespeitando assim o Conselho e tomando uma atitude agressiva e até insultuosa, como se demonstrará no inquérito a que o mesmo Conselho mandou proceder para apuramento de responsabilidades.

**Doc. n.º 5.** A visão de Oliveira Guimarães acerca do acto de doutoramento de Rodrigues Lapa (Oliveira Guimarães, *Desafrenta: Resposta a um crítico ignorante e ao seu deshonesto testa de ferro*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 1-2)

[...] Há dias surgiu contra mim nova ejaculação fétida nas colunas da «Lingua Portuguesa» fasc. VIII-IX do volume II. Assina-a o professor liceal António (*sic*) Rodrigues Lapa. Este indivíduo é um dos descontentes. Tendo-se arvorado, por decreto próprio, à categoria de papa infalível nos domínios da nossa literatura medieval, não pôde levar a bem que no seu acto de doutoramento em Letras, em que tive infelizmente de argumentar, eu me desforrasse espirituosa e serenamente de uns arremessos mal educados com que tentou inhâbilmente forçar-me a perguntar-lhe aquilo que êle levava preparado para dizer, estendendo-lhe, com um banal artifício dialéctico, uma simples casca de laranja, em que o desgraçoso bazulaque escorregou tão desastrosamente, que foi necessário que eu lhe estendesse a mão, com gesto de irónica piedade, para o tirar da incómoda posição. Vexado pelo auxilio, corou, fugiu e lá de longe, repetindo as atitudes da sua meninice de gaiato, que palmilhava as ruas de pé descalço e fralda ao vento, fez-me um gesto brêjeiro acompanhado de uma insolência suja. [...]

#### BIBLIOGRAFIA



- AAVV ([19.-1960]), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XIX e XXVI, Ed. Enciclopédia, Lda, Lisboa/Rio de Janeiro, pp. 404-405, 35-36.
- A. M. (1930.12.12), «Na Faculdade de Letras: Actos Grandes em Lisboa», *A Voz*, p. 3 (Anexos, Doc. n.º 1).
- CEPEDA, I. V. (1984), «Bibliografia do Professor Manuel Rodrigues Lapa», *Boletim de Filologia*, Tomo XXIX, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, INIC, Lisboa, pp. 595-628.
- CINTRA, L. F. L. (1983), «Rodrigues Lapa», *Boletim de Filologia*, Tomo XXVIII, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, INIC, Lisboa, pp. VII-XV.
- COELHO, A. (1921), *A Questão de Coimbra: Liquidação dum miseravel Reitor da Universidade (o padre renegado Oliveira Guimarães)*, ed. autor, Porto, 76 pp.
- GUIMARÃES, J. J. O. (1930), «M. Rodrigues Lapa. – A Demanda do Santo Graal», *Biblos*, Vol. VI, Coimbra, pp. 687-696.
- GUIMARÃES, J. J. O. (1931.11.21), «Em Legítima Defesa: Uma carta do Sr. Prof. Oliveira Guimarães», *A Voz*, p. 3 (Anexos, Doc. n.º 2).
- GUIMARÃES, J. J. O. (1931), *Desafronta: Resposta a um crítico ignorante e ao seu deshonesto testa de ferro*, Coimbra Editora, Coimbra, 31 pp.
- LANCIANI, G. e TAVANI, G. (org. e coord.) (1993), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Caminho, Lisboa, pp. 380-383.
- LAPA, M. R. (1929-30), «A “Demanda do Santo Graal”: Prioridade do texto português», *A Língua Portuguesa*, Vol. I, pp. 266-279, 305-316.
- LAPA, M. R. (1930-31a), «Em Torno da “Demanda do Santo Graal”: Reparos a uma crítica», *A Língua Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, pp. 109-116.
- LAPA, M. R. (1930-31b), «Da Fonética Portuguesa e dos Nossos Foneticistas: Um plágio», *A Língua Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, pp. 286-296.
- LAPA, M. R. (1930-31c), «O Prof. Oliveira Guimarães Plagiador», *A Língua Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, pp. 381-385.
- LAPA, M. R. (1930-31d), «Ainda os Plágios do Sr. Oliveira Guimarães», *A Língua Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, pp. 418-426.
- LAPA, M. R. (1974), «Resposta a um convite do Sr. Ministro da Educação», *Seara Nova*, n.º 1544, Lisboa, p. 13.
- LAPA, M. R. (1983), *As Minhas Razões: Memórias de um idealista que quis endireitar o mundo...*, Coimbra Editora, Coimbra, 308 pp.
- NOGUEIRA, R. S. (1930-31), «Da Fonética Portuguesa e dos Nossos Foneticistas: Um plágio», *A Língua Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, pp. 374-380, 413-417.